



Anais da Assembléia

Nºs 14/15

CURITIBA, SEGUNDA/TERÇA-FEIRA, 22/23-03-76.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 13ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1976

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Piteli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos Senhores Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

Não há ata e nem expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 83/76, veto aposto ao Projeto de Lei nº 53/76, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, que autoriza o Poder Executivo admitir, sob regime de CLT, servidores que ao excederem o limite de idade não foram aproveitados na categoria de pessoal suplementar. Parecer da CCJ, pela manutenção do veto.

Ofício 03/76

Curitiba, 06 de janeiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 152/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III' e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei número 53/75, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a admitir, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, os servidores que, por excederem o limite máximo de idade estabelecido nos Decretos regulamentares números 4766, de 14 de dezembro de 1973, e 5014, de 05 de fevereiro de 1974,

não foram aproveitados na categoria de Pessoal Suplementar, instituída pela Lei nº 6508, de 13 de dezembro de 1973.

3. A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de sua inconstitucionalidade face ao preceituado nas letras b e c, do art. 25 e no art. 35, da Constituição Estadual, onde é conferida ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa de leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos, vencimentos, vantagens e regime jurídico dos servidores públicos.

4. Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Encerrada a discussão. Em votação a Proposição. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1976 — (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos Senhores Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o plenário, seja pedido ao Secretário dos Transportes e ao Diretor do DER, informações dos motivos pelos quais não terminou até a presente data a construção das Cabeceiras da ponte, já construída sobre o Rio Piquiri, Porto 1, que une o município de Goioerê a Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer seja oficiado aos Exmos. Srs. Ministro e Secretário da Agricultura, para que estudem a viabilidade do reajuste do preço do milho, preço tabelado pelo Governo Federal, não vem beneficiando os produtores, visto que, a colheita é feita anual, tornando dispendioso ao produtor.

O Paraná colhe no corrente ano a maior safra de milho de todos os tempos, por este motivo deve-se compensar o produtor, para que o estímulo do preço venha incentivá-los.

O milho pesa na balança de exportação do corrente ano para o Paraná, em virtude de fenômeno climático de julho de 1975, ficando o cereal em plano de destaque na sua exportação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1975.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, solicitando o alargamento das pontes da Rodovia BR-277, no trecho CURITIBA-PONTA GROSSA, bem como a construção da 3ª pista nos aclives e declives da referida rodovia.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que, a Rodovia BR-277, se constitui em uma das rodovias mais movimentadas do País, apesar de contar com apenas duas pistas de rolamento, mão e contra-mão;

Considerando que, a Rodovia BR-277, em virtude dos contornos topográficos que atravessa, também apresenta um dos índices mais elevados de aclives e declives acentuados, ao lado de inúmeras pontes excessivamente estreitas que têm causado a morte de muitos motoristas e viajantes.

Considerando que, a atual situação desta estrada se constitui num entrave muito grande ao desenvolvimento econômico e social da região Oeste do Paraná, além de apresentar risco de vida por todos aqueles que trafegam pela referida rodovia.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao DD. Presidente da TELEPAR, Dr. Renato Antonio Johnsson, no sentido de autorizar a instalação de MONO CANAIS DE TELEFONES, nas seguintes localidades:

Nova Santa Rosa	—	Município de Toledo
Vila Nova	—	" " "
Novo Sarandi	—	" " "
Novo Sobradinho	—	" " "
Ouro Verde	—	" " "
São Pedro	—	" " "
Luz Marina	—	" " "
São José	—	Município de Santa Helena
Ibema	—	Município de Catanduvas.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento em decorrência do crescimento destas localidades, que se tornam cada vez maiores os índices de movimento sócio-econômico exigindo meios de comunicação adequados para suas necessidades crescentes.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo, intitulado "UMA IDÉIA MUITO INFELIZ" na edição do dia 22/03/76, do jornal "Gazeta do Povo."

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976.

a) NILSO SQUAREZZI.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, indico o nome dos Senhores Deputados ACCIOLY NETO, GABRIEL SAMPAIO e LEOPOLDO JACOMEL, pela Aliança Renovadora Nacional — ARENA, para representarem a Assembléia Legislativa no Congresso Interestadual Municipalista, que se realiza no Balneário de Caiobá, município de Matinhos, de 21 a 27 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976.

a) IVO THOMAZONI
Líder da ARENA

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicia-se mais um ano político, neste País.

Com o início do ano político, iniciam-se, também as bandalheiras, o descaso do Partido do Governo ao nosso Povo.

E temos estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de sobre-aviso, porque aprendemos com o Partido do Governo a desconfiar dele nos anos políticos.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente, um requerimento que deverá ser endereçado a S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, porque, na minha região, na minha cidade, no meu município, pretensos candidatos da Aliança Renovadora Nacional, à Prefeitura, muito embora as proibições, já iniciaram suas vergonhosas campanhas.

Assim é, Sr. Presidente, que na minha cidade, que tem um posto de saúde, e um médico responsável por esse posto, nomeado pelo Governo da ARENA, segundo informações que obtive, desconhece a procedência de vacinas contra paralisia infantil, aplicada nas crianças do meu município.

Mas, disse-me o médico que as vacinas teriam sido conseguidas na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, mas que não passaram pelo posto. Não foi consultado o médico. Mas, as mesmas foram entregues a um candidato à Prefeitura, da ARENA, e esse médico está fazendo, aos domingos, nesses distritos, campanha política com vacinas contra a paralisia infantil.

Então, Sr. Presidente, resolvemos acabar com essas bandalheiras e com essa demagogia. Por esse motivo, encaminhamos o seguinte requerimento: (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o plenário, requer:

I) — seja dado informações, urgentes, quanto à procedência das vacinas aplicadas em Goioerê, contra paralisia infantil, nos últimos dias;

II) — Caso a procedência seja da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, se é necessária que a aplicação seja efetuada por médico do posto de saúde local?

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976".

Outro requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos apresentar. E este é dirigido a S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes e ao Diretor do DER.

Está construída, Sr. Presidente, Srs. Deputados, custando milhões de cruzeiros, uma ponte sobre o Rio Piquiri, unindo os municípios de Goioerê a Nova Aurora. Está concluída aquela ponte, faltando simplesmente que se termine a cabeceira da ponte e nós tememos que a cabeceira seja construída às vésperas da eleição, com meia dúzia de caminhões e pedras, para que a ARENA, mais uma vez, dizendo construir pontes, tripudie sobre meu povo.

Então, pedimos informações, dos motivos pelos quais essa ponte, que custou dinheiro e suor do povo, ponte que está impedindo que nosso povo trafegue de Goioerê para Nova Aurora, não foi terminada. O dinheiro é nosso e nós não aceitaremos, e iremos denunciar a inauguração de coisas que o povo construiu, às vésperas das eleições.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Levantaram-se nos últimos dias, por toda a Nação brasileira as consciências mais lúcidas e responsáveis, para repudiar com veemência a infeliz proposição dos Secretários de Segurança, quando propuseram a inusitada reivindicação de conseguirem verdadeira CARTA BRANCA, para atuarem na sociedade brasileira. As vozes dos nossos juristas e advogados não silenciaram em protestos e de Norte a Sul do País se evidenciou,

mais uma vez, que a lei, para corresponder ao direito, dever aprioristicamente discutida e votada pelo único poder legítimo para legislar, — o Poder Legislativo, único em que ainda as consciências livres e destemidas se fazem ouvir.

Lamentavelmente o episódio esclareceu à Nação que muitos dos homens encarregados de Segurança, regem-se por emergências e não por princípios — pedra angular de um regime democrático, onde a justiça é o resguardo dos direitos individuais reconhecidos pela lei e guardados na inviolabilidade e na imutabilidade das consciências.

Ainda há pouco tempo divulgava-se em editorial jornalístico da capital paulista, que entre dez cidadãos, sete deles tinham como temor permanente o medo de serem presos. Ora, transformada em lei a pretensão dos Senhores Secretários de Segurança, estaremos desencadeando tal intranquilidade e terros na família brasileira que se poderá afirmar com ironia, mas com realidade, que a insegurança estará sendo praticada pelos homens que deveriam estabelecer a segurança.

Deve o ministério da Justiça, sem mais tardar, rechaçar com austeridade este equívoco dos Senhores Secretários, pois a incidência de criminalidade tem mais a ver com "estágio econômico de uma nação" que dos instrumentos de repressão. Combate-se mais o crime melhorando a cultura do povo, que entregando armas aos policiais.

Reprime-se mais a marginalização oferecendo-se empregos e pagando salários justos, que ampliando o arbítrio e a prepotência de autoridades. Este é o itinerário imutável da história humana, destinado a reconhecer o primado da pessoa humana sobre o Estado e como tal, o império de uma estrutura social em que os direitos impostergáveis da liberdade, a qualquer custo sejam preservados e cultuados. Não necessária é a defesa destes princípios basilares e históricos, que se constituem no fundamental para que as novas gerações continuem a defender o regime democrático que tantos e angustiosos sacrifícios tem exigido dos brasileiros. Paradoxalmente, quando todos os brasileiros se desarmam espiritualmente para reconquistar o estado de direito, a ameaça vem daqueles que deveriam estar liderando a reconquista da democracia plena. Queremos uma justiça efetiva e não uma caricatura de justiça, um ordenamento jurídico e que o magistrado pela hierarquia de sua posição tenha sobre o guarda da esquina e o delegado de Polícia, a possibilidade de coibir e reparar os desmandos e arbitrariedades. Queremos, enfim, uma nação em que o poder de Polícia não anule a liberdade criativa e essencial ao pleno desenvolvimento da criatura humana".

Sr. Presidente, esta é a nossa opinião a respeito da idéia sugerida pelos Srs. Secretários de Segurança para estabelecer no Brasil a prisão cautelar.

Requeiro à Mesa que seja transcrito nos Anais da Casa o artigo publicado na "Gazeta do Povo", do dia 22 de março de 1976, intitulado "Uma idéia muito infeliz", em que os articulistas fazem comentários a respeito desta idéia, como diz o título, "Uma idéia muito infeliz", que transcreve além da opinião de juristas de renome a posição da Ordem dos Advogados do Paraná, Secção do Paraná, e as palavras vibrantes de um dos mais cultos Senadores desta República, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional, Senador Accioly Filho, todos se colocando contrários a esta, que é uma investida ao resquício que sobra ainda do instituto do habeas corpus.

Endereçamos, então, o requerimento a V. Exa., para que seja apreciado e solicitado aos membros desta Casa que tomem posição com relação a este problema, levantando também a sua voz, pois é, realmente, uma posição infeliz dos Srs. Secretários de Segurança e é uma ameaça de causar intranquilidade à família brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, terceiro orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A Feira de Indústria - EXPOINPAR - que se instalou sexta-feira à noite no Parque do Barigui foi um acontecimento da mais alta importância para o Paraná. Atraiu grande número de empresários do Paraná e de outros Estados vizinhos, tendo inclusive a presença do Sr. Ministro da Indústria e Comércio e terá esta Feira a função não só de demonstrar o que está sendo produzido em termos industriais em nosso Estado, como promover relação entre os executivos industriais, estreitando esse relacionamento para ampliar as perspectivas de desenvolvimento.

Essa feira permite-nos fazer um ligeiro balanço a respeito do desenvolvimento industrial do Paraná e analisar a evolução do setor secundário numa economia ainda fraca e dependente do setor primário. Nós que desejamos impulso para a produção e desenvolvimento da produção primária, não podemos esquecer que é fundamental chegar a apoiar-se principalmente no setor industrial - como forma de superar o subdesenvolvimento e ingressar no clube dos países desenvolvidos.

Tivemos conhecimento, nessa feira, de outro acontecimento auspicioso: o lançamento do mensário "Brazilian Export Journal", edição internacional destinada a conquistar mercados para nossos exportadores. E se organiza nessa linha que busca contribuir para a conquista de novos mercados a produtos primários e industriais, principalmente estes".

Tenho em mãos o número zero do "Brazilian Export Journal", editado em inglês, sendo o primeiro mensário de nosso Estado a tratar do assunto de exportação.

Queremos registrar nosso aplauso aos realizadores da Feira das Indústrias do Paraná - EXPOINPAR, e ao GRUPO-BRÁS, editores do Brazilian Export Journal, do qual esperamos que venha a cumprir a finalidade de divulgar as empresas paranaenses e ajudar decisivamente na conquista de mercados para os produtos brasileiros.

Tanto a feira como a publicação são significativos desta etapa do desenvolvimento do Paraná, demonstrando que ao lado do progresso material começa a delinear com maior amplitude a mentalidade necessária aos novos tempos de dinamismo empresarial.

As nossas congratulações aos editores de BRAZILIAN EXPORT JOURNAL.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quarto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para uma comunicação, de conformidade com o que se havia estabelecido por solicitação dos Srs. Secretários da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos ficou estabelecido que, ambos comparecerão a esta Casa em data de hoje, para uma reunião a nível das duas bancadas, no auditório deste edifício.

E, é a oportunidade para comunicar que nesta reunião de logo mais às 16:00 horas, se discutam aspectos relacionados com a aplicação do Decreto Governamental 1495, e, na para dizer que o Sr. Governador Jayme Canet estabeleceu, como já retificou, que, já havia estabelecido no início do seu Governo, que sempre que este Poder desejasse obter informações das Secretarias quanto aos acontecimentos das diferentes pastas, este Poder terá a oportunidade de convidar os Srs. Deputados a virem a este Poder para manterem o diálogo necessário, a nível dos dois Poderes; é também, oportunidade, para salientarmos o espírito altamente democrático demonstrado pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura, Professor Francisco Borsari Neto, e também pelo Sr. Secretário dos Recursos Humanos, Dr. Gastão de Abreu Pires, que pretendem, na reunião de hoje, ficar completamente à vontade e deixando os Srs. Deputados à vontade, para discutirem aspectos relacionados com a distribuição das aulas suplementares.

Era o que neste Pequeno Expediente conferia comunicar. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para o Grande Expediente ao Sr. Deputado Valter Pietângelo, inscrito. (Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos

Scarpelini, inscrito. — (Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Cioni Neto, inscrito. (Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito. — (Ausente). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito. — (Declina). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O tempo corre e as esperanças permanecem; os minutos se dissolvem e os problemas se avolumam. Chegamos a crer que, na realidade, bendito é o povo, pela sua paciência. Bendito é o funcionário do Paraná, que aguarda as decisões para salvá-lo da fome, e as decisões que não vêm e ele permanece em pé.

Em 12 de abril do ano passado, encaminhamos requerimento que era muito mais que um requerimento, era uma súplica de 150 funcionários com denominação de ensacadores e pesadores, pertencentes ao quadro de pessoal suplementar, contratados há menos de dez anos e mais de sete.

Pedimos através deste requerimento ao Sr. Secretário de Finanças e ao Sr. Governador do Estado, providências no sentido de que resolvesse o problema destes escravos burocratas, arrecadadores da economia do Estado do Paraná. Até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhuma providência fora tomada, entretanto, os acontecimentos dos últimos dias parece demonstrar que está havendo sinais de bons tempos aos servidores do Estado. Tudo indica que estamos transpondo a era demagógica para realmente conseguir, pelo menos o prenúncio da instalação de justiça aos injustiçados funcionários públicos do Paraná, principalmente, os do Quadro Suplementar.

Nós fizemos isso porque vimos, nestes dias, o retroceder do Sr. Governador do Estado e retroceder dos Srs. Secretários de Recursos Humanos e de Educação e Cultura. Quando por si, retalharam um decreto malsinado, ferindo a nobreza e a dignidade de quase dez mil professores suplementaristas deste Estado. Veio um remédio, o lenitivo que teria que vir, diante da revolta natural e justa, e medidas foram tomadas. E me parece que neste retalhamento o meu Partido configurou e figurou na vitória e nos debates desta Casa. Porque, sentindo o Sr. Governador e o Sr. Secretário, responsáveis por esta situação, viram Ss. Exas., que haviam cometido mais um crime em não sentir as necessidades dos funcionários públicos deste Estado, resolveram deixar por menos.

E hoje, no último dia, o corre-corre na Secretaria de Educação e Cultura é extraordinário; as portas do gabinete de S. Exa. o Sr. Secretário de Estado, de Educação e Cultura, está fechada para o público. O departamento responsável pela distribuição de aulas suplementares também está fechado há dias.

Mas o Serviço de Protocolo Geral, está recebendo os requerimentos dos esfomeados professores suplementaristas, massacrados, miserabilizados por uma política econômica pouco decente e desrespeitosa até, e volta a quem de direito, as aulas que tinham direito, de acordo com seus registros em cada distrito.

Porisso, é que é sempre bom falar a verdade, mesmo que tenhamos, em algumas oportunidades de ser tachados, pelos demagogos e pelos que não têm recursos, como omitentes da verdade. Quando dizemos a verdade sabemos que nossas palavras encontram eco no mais alto nível das coisas, o feito e o meio para resolução dos problemas que alertamos.

S. Exas. o Sr. Secretário de Recursos Humanos e o Secretário de Educação e Cultura estarão hoje debatendo com os representantes do povo do Paraná, no auditório desta Assembléia.

Não era necessário mais, porque se não resistiram os reclusos justos e a dignidade das palavras e queixas emitidas pelos professores suplementaristas, não é preciso trazer considerações outras a esta Casa.

O problema foi resolvido em parte, graças a Deus.

Quando falamos da existência de uma era de demagogia, cuja duração castigou duramente e vem castigando os ativos e inteligentes funcionários do Estado, em todas as suas camadas, podemos comprovar, através de inúmeros fatos, e entre os que mais se destacam, podemos citar alguns que caracterizam realmente a nossa denúncia, e isto continuamos batendo naquilo que afirmamos na mesma premissa. Referimo-nos principalmem-

te ao chamado pessoal suplementar do quadro de servidores do Estado.

Nós dizíamos no início, e requeremos o ano passado ao Governador do Estado e Secretário de Finanças, medidas de justiça ao pessoal variável do Estado. Citávamos, naquela oportunidade, como justificativas das mais profundas, o abandono em que viviam e em que vivem até agora esses funcionários, que além de receberem miseráveis salários, são destituídos de qualquer segurança ou proteção de ordem legal, inclusive a mais importante, que é a proteção previdenciária indispensável a si e às suas famílias.

Falamos no início de nosso pronunciamento em fatos caracterizadamente demagógicos, talvez com o simples caráter e fins eleitoreiros, ocorridos em determinadas épocas que não passaram de piadas do próprio Governo e às vezes de seus representantes, que na sua própria área faziam sacudir as esperanças dos injustiçados contratados do Estado, mas que não passavam esses atos de mera manobra política de forma evidenciada para reproduzir notícias nos órgãos de imprensa, trazendo mais esperanças a estes desesperançados; trazendo mais esperança a estes que souberam esperar e esperam até a morte, se necessário; trazendo mais esperança a estes que nunca desesperaram, mesmo vendo seus filhos sem escola e até passando necessidades.

E isto provaremos por alguns fatos.

Verificamos em 26 de outubro de 1972, às portas das eleições para as Prefeituras e Câmaras de Vereadores, oportunidade em que a ARENA fez a maioria dos Prefeitos e Vereadores nos municípios pequenos, o então Deputado Governista Cândido Martins de Oliveira apresentar o Projeto de Lei nº 142/72, autorizando o Poder Executivo a efetivar o pessoal enquadrado que contasse com 5 ou mais anos de serviços prestados, cujo projeto recebeu parecer unânime pela aprovação, em todas as Comissões.

Entretanto, o pessoal contratado continua a ser o pessoal contratado, recebendo o mesmo salário de meséria, aspecto retratado da demagogia às portas das eleições, evidência da mais alta demagogia que responsabiliza o próprio Governo de usar de dispositivos dessa natureza para poder alcançar as vitórias que alcançou nos municípios pequenos, onde os funcionários eram menos esclarecidos.

"Passadas as eleições, não houve mais interesse por parte do Governo em enquadrar no Quadro do Pessoal Fixo o pessoal contratado, prova disto é a Revolução nº 22/74, baixada pela SECRETARIA DA FAZENDA, em 30 de Abril de 1974, que contratou de uma só vez 150 novos servidores, fazendo integrar no pessoal suplementar, cujo contrato coletivo foi lavrado por 8 meses, de 1º de Maio a 31 de Dezembro, entretanto, a maioria dos contratos estão até hoje a serviço do Estado, sem qualquer providências de direitos a seu favor."

E os contratados estão até hoje, aguardando um pronunciamento do Governo, aguardando a sua efetivação, aguardando uma manifestação de justiça de seu patrão, de seu chefe, do Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Três governos se passaram e eles continuam se alimentando com a mesma benedita esperança que sempre foi a grande valentia dos que sofrem.

"A Lei nº 6508, de 13 de Dezembro de 1973, instituiu o salário mínimo ao Servidor suplementar, somente salário mínimo, e a maioria desses contratados prestam serviços nos mais destacados postos de arrecadação, o que se observa, lidam com tanto dinheiro, e como vencimentos recebem, no fim do mês, pouco mais de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros)".

Como se o Governo quisesse incitar os seus funcionários a aceitarem o suborno que é prometido, todos os dias, principalmente por parte dos sonegadores profissionais que atravessam os limites de nosso Estado, dia e noite, principalmente nas épocas de entressafras e de safras.

É mesmo que fazer com que o elemento seja incitado a se deixar levar pelo suborno, porque entrega a ele as funções e a obrigação de arrecadador, mas não dá a ele o pagamento necessário para a subsistência de sua própria família.

É de se admirar, é de se admirar como pode o Governo do Estado do Paraná não perceber o perigo da evasão das rendas que ocorre, pagando mal seus funcionários, principalmente os

que prestam serviços na receita estadual e setor de arrecadação. Mas isso vem acontecendo. Daí, Sr. Presidente, o objetivo estritamente, de alcançar a imediata solução, como já pedimos o ano passado, para o pessoal suplementarista que presta serviços na Secretaria de Finanças do Estado.

Haveremos de dar entrada, hoje, num projeto de lei que autorizará o Poder Executivo a solucionar esse problema. Só na barreira Melo Peixoto existem mais de 40 pessoas contratadas, recebendo o salário mínimo da região, pessoal esse até com curso universitário, portadores de diploma de curso superior, e que foram enquadrados no pessoal suplementar, com a denominação de ensacadores, exercendo atividades de fiscais, de anotadores, de arbitradores de multa, enfim, lidam eles com a tesouraria, dinheiro e economia que por ali passam todos os dias e noites.

Esses homens são honestos demais, são honrados demais, são dignos demais e, acima de tudo, são homens de muita coragem, de muita dignidade, de muita honradez, que dia e noite arrecadam os milhões que servem para o desenvolvimento deste Estado e praticam os milhões que servem para o desenvolvimento deste Estado e praticam essa espécie de trabalho, passando fome e miséria, passando necessidade com suas próprias famílias.

Esses homens não podem continuar relegados a esse abandono, porque um funcionário público de um Estado, que fica abandonado pelo seu governo, é o mesmo que o filho cujo pai se banqueteia e se diverte com a economia da família e deixa os filhos passarem fome. O que está acontecendo com referência ao pessoal suplementar do Estado, é sobretudo uma vergonha para o próprio governo, vem denegrir a própria administração, porque não se encontra um funcionário desse quadro que tenha condições de subsistir pelo tanto que recebe. Desta feita, Sr. Presidente, prosseguindo na tentativa de acordar o governo do seu sono latente que dorme, principalmente desconhecendo os fatores mais importantes e mais perigosos para seu próprio governo, nós apresentamos, nesta oportunidade, um projeto de lei que permitirá a S. Exa. dar de imediato, solução a esse problema crucial, que é o problema do pessoal suplementarista das diversas Secretarias. (lê):

PROJETO DE LEI Nº 16/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

- Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar no prazo não superior a 30 dias da aprovação do PROJETO DE LEI, o pessoal contratado, através da SECRETARIA DE FINANÇAS DO ESTADO, que, contem 5 (cinco) ou mais anos de serviços.
- Art. 2º — Os Servidores, referidos no art. anterior que tenham concluído o Curso Médio, Científico ou Técnico em Contabilidade, serão classificados nas classes correspondentes, do Quadro Pessoal Cível do Estado.
- Art. 3º — O tempo de Serviço de CONTRATADO, aos Servidores beneficiados por esta Lei, será devidamente contado como de Serviço Público Estadual.
- Art. 4º — A presente Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1976".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 08/75, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, um terreno de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 189/74, que aprova Convênio celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leópolis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, com as finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, referente a aplicação de vacinas em Goioerê. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Accioly Neto, Gabriel Sampaio e Leopoldo Jacomel, para representarem pela ARENA, esta Assembléia Legislativa no Congresso Interestadual Municipalista, que se realiza no Balneário de Caiobá. — **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja determinado o alargamento das pontes da Rodovia BR-277, trecho Curitiba-Ponta Grossa, bem como a construção da 3ª pista nos aclives e declives da referida rodovia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de autorizar a instalação de Mono Canais de Telefones em diversas localidades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, no sentido de que seja estudada a viabilidade do reajuste do preço do milho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Uma Idéia Muito Infeliz", na edição do dia 23/03/76, do jornal "Gazeta do Povo". **Aprovado.** (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações aos Srs. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor do DER, dos motivos pelos quais não foi concluída até a presente data a construção das cabeceiras da ponte, já construída sobre o Rio Piquiri, Porto 1, que une o município de Goioerê à Nova Aurora. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 8/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 22/75 e de Lei nºs 36/75 e 144/75.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 1976.

"UMA IDÉIA MUITO INFELIZ

A repercussão nos meios jurídicos brasileiros, sobre a instituição da "Prisão Cautelar" pedida pelos secretários de Segurança Pública dos Estados ao ministro Armando Falcão, da Justiça, tem sido das mais negativas e já é considerada "a idéia jurídica mais infeliz da história".

Em verdade, a medida — desde que acatada pelo Ministro da Justiça — por certo, diminuirá sobremaneira os já feridos "direitos e garantias individuais", previstos na Constituição, porquanto, outorgará a delegados de polícia em geral, inclusive, aos não bacharéis, a possibilidade de prender quem lhes convier, devidamente respeitados na Lei, cerceando ainda mais o alcance do já desacreditado "habeas Corpus" e o pior — subtraindo do Magistrado esta atribuição, que é de sua exclusiva competência.

Na realidade, o que pretendem os secretários de Segurança Pública, é tão somente legalizar os abusos de determinadas autoridades policiais. — Muitas vezes praticados na ansiedade de promoções pessoais — e que, continuamente, realizam prisões indevidas, escondendo presos e dificultando a ação dos advogados, os quais, comumente, vagueiam de delegacia em delegacia, em busca de clientes detidos e sumidos.

Em nenhuma circunstância a prisão pode tornar bem feita as investigações. Elas tem-nas tornado mais fáceis para os policiais que imaginam obter provas com confissões prestadas a qualquer custo: prova esta, sempre, vista com reservas pelo Poder Judiciário.

Com a Instituição da "Prisão Cautelar", sem dúvida, estará sendo entregue em mãos geralmente inaptas — imagine-se o que poderá ocorrer por este imenso interior brasileiro — instrumento político de incalculável poderio. Que intranquilidade para nossa sociedade, ficando ao livre arbítrio da autoridade policial, que, sob o rótulo da investigação, exija a prisão de qualquer cidadão.

Senhor Ministro da Justiça, a Lei e a Ordem no país devem ser preservadas. Entretanto, não nos esqueçamos de que nossos direitos à liberdade e às garantias individuais hão de ser colocados em primeiro plano, na finalidade precípua de que, sob a proteção da Justiça possamos viver em paz.

OPINIÃO DOS JURISTAS

Comentando sobre a nova instituição pretendida, a sessão paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Presidente, Francisco Brito de Lacerda, na última sexta-feira, expediu nota oficial expressando seu repúdio à idéia, e de cujo texto se destaca: (tomando conhecimento da propalada prisão cautelar, reivindicada ao Ministério da Justiça pela inconferência Conferência dos Secretários de Segurança, resolveu unanimemente, a título de esclarecimento à classe, manifestar repúdio àquela idéia, eis que, deixar-se a imunidade dos cidadãos "ad libitum" da autoridade policial, mesmo que a pretexto de repressão à delinquência, significaria consagrar o arbítrio, estimular a delação e ensejar insegurança e vinditas.)

Afirma, ainda, o Advogado Francisco Brito de Lacerda, que "entendeu o Conselho que a Proposição em causa, inábil e pouco feliz, subvertendo o ordenamento jurídico constitucional, agrava, em termos hierárquicos, a posição da Magistratura e Ministério Público, pondo em risco a paulatina caminhada que os brasileiros, sem recorrer à radicalização, intentam afim de al-

cançar o estado de direito, postergando-se as exceções impostas pela chamada emergência nacional."

OPINIÃO DO LEGISLADOR

Solicitado a falar sobre a questão, o Senador Accioly Filho disse que "a recente proposta de atribuição à autoridade policial, do Poder de Decretar a prisão do indiciado, provocou a indignação e a condenação dos estudiosos.

O alarido dos debates dá a impressão de que esse tipo de prisão é inusitado no país, desconhecendo-se aqui outra privação da liberdade senão a decretada por autoridade judiciária. É a sempre lembrada diferença entre o Brasil legal e o Brasil real, que, no campo do respeito aos direitos humanos, é mais aprofundada.

A chamada prisão para averiguação — diz o Senador — que agora se pretende Institucionalizar, sob o pomposo rótulo de "prisão cautelar", sempre foi largamente praticada com o pretexto de melhor colheita de provas. O pior nessas prisões para averiguações — admitindo-se a escalada ou graus de ilegalidade — é o seu caráter clandestino, e as violências físicas que se somam à sua ilegalidade e arbítrio".

"Numa justiça penal, como a nossa, em que a confissão ainda é a rainha das provas, muitas autoridades policiais entendem que, sem indiciado confesso, o inquérito não prospera. Daí a prisão e os métodos sabidamente usados para a obtenção de confissão do suspeito".

"Ao nosso direito sempre repugnou a prisão sem ordem judicial, e a exegese que se fez ao longo da história de nossos textos constitucionais, jamais, deu amparo às chamadas "detenções" policiais, eufemismo com que se procura massacrar a privação da liberdade".

"Na Itália e em outros países, essa prisão também é usada mas com extremas cautelas. O Código de Processo Penal Italiano, com a reforma de 1955, admite, no caso de fundada suspeita de fuga, que os oficiais e os agentes da polícia judiciária ou da força pública prendam as pessoas gravemente indiciadas de delito, retendo-as pelo tempo estritamente necessário ao interrogatório, dando notícia imediata ao procurador da República ou ao pretor do lugar. Em nosso país, o projeto do Código de Processo Penal, em curso no Congresso Nacional, não prevê a outra prisão, fora do flagrante, salvo quando decretada pelo juiz, pondo em linguagem clara o que já está na lei vigente.

"Aquilo que se poderia instituir no país, para escorrçar inteiramente de nossos costumes a atual prisão para averiguações, seria a detenção, autorizada pelo juiz, de pessoa suspeita de prática de crime, por prazo não superior a 24 horas. Essas prisões deixariam, assim, de ser clandestinas e só se efetuariam com prévia ordem judicial, atendendo à necessidade de averiguações à própria Lei".

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, com a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Edilson Alencar e Jurandir Messias. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI n.º 102

/75,- De autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo, instituir uma Fundação Educacional, com sede no município de Santo Antonio da Platina, e finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação. Relator: Deputado Edilson Alencar. Parecer: Contrário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
Maria Aparecida Amaral - Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, foi instalada a Comissão de Instrução Pública. Assumiu a Presidência na forma regimental o Sr. Deputado Rosário Pitelli, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. O Sr. Deputado Werner Wanderer, com a palavra, indica o nome do Sr. Deputado Werner Wanderer, para Presidente e o Sr. Deputado Edilson Alencar indica o nome do Sr. Deputado Nelson Buffara, para ocupar a Vice-Presidência. Colocadas em votação, ambas as proposições são aprovadas por unanimidade. Assume a Presidência o Sr. Deputado Rosário Pitelli, para agradecer em seu nome e também no do Sr. Deputado Nelson Buffara, a confiança neles depositada, pelos ilustres membros da Comissão. Na oportunidade designou a funcionária Maria Aparecida Amaral, para exercer a função de secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente e demais membros presentes na reunião, para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
Maria Aparecida Amaral - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se na Sala de Comissões, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para a sua instalação, com a presença dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Quielise Crisóstomo, Ezequias Losso, Deni Schwartz e Valter Pietrângelo. Assumiu a

Presidência na forma regimental, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade o Sr. Deputado Ezequias Losso para Presidente e o Sr. Deni Schwartz para Vice-Presidente. Ao tomar posse o Sr. Deputado Ezequias Losso, agradeceu a honrosa confiança nele depositada pelos ilustres componentes da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, fazendo o propósito de corresponder integralmente na presidência da mesma. Na oportunidade designou a funcionária Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, para exercer a função de secretária "ad hoc" da Comissão, Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deixou livre a palavra para quem quisesse fazer uso da mesma e, não havendo assuntos a tratar, declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, secretária "ad hoc" lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
Maria Stella M. A. Gurgel - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com as presenças dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, Luiz Roberto Soares, Benedito Lúcio Machado e Luiz Carlos Zuk. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram apreciados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 151/75 - MENSAGEM 92/75, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório para contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, até o montante de Cr\$ 5.001.000.000,00 (cinco bilhões e hum milhão de cruzeiros) ou o equivalente em moeda estrangeira, para utilização no período de 1955/1980. Relator Sr. Deputado GABRIEL MANOEL, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI 84/75 - de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que partindo da BR-361, passa pela sede do Município de Catanduvas e pelo Distrito Três Barras até alcançar o Rio Iguaçu, Relator Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI 161/75 - de autoria do Sr. Deputado David Federmann, que acrescenta parágrafo que especifica ao Art. 56 da Lei 6417, de 3 de junho de 1975. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para cons-

tar eu Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com as presenças dos Srs. Deputados Benedito Lúcio Machado, Muggiati Filho, Accioly Neto e Gilberto Carvalho. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram apreciados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 36/75 - de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública à "Associação da Escola Internacional de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Relator Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI 170/75 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem 145/75, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a remuneração dos Dirigentes de Autarquias e dos Cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor de Polícia Civil do Estado. Relator Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 1ª REUNIÃO LEGISLATIVA ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com as presenças dos Srs. Deputados Benedito Lúcio Machado, Domicio Scaramella e Edilson Alencar Barbosa. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte projeto: PROJETO DE LEI 165/75 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem 109/75, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública, instituída pela Lei 5482, de 20-01-67. Relator Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer favorável-aprovado ao Projeto e Emenda. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e

aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.-----

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com número legal, o Sr. Presidente passou a Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte projeto de lei: PROJETO DE LEI 184/75 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 146/75, encaminhando anteprojeto de lei que majora em 30 por cento os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão, das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil e dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável ao projeto e contrário a Emenda. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.-----

aa) QUIELSE CRISÓTOMO DA SILVA — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Às dezessete horas do dia vinte e um de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Face a existência de número legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos da sobredita comissão, registrando-se a presença dos seguintes Srs. Deputados: Deni Schwartz, Gilberto Carvalho e Valter Pietrângelo. Por ordem do Sr. Presidente, procede-se a leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições. O Sr. Presidente inicialmente congratula-se com o Sr. Deputado Valter Pietrângelo, pela oportunidade do projeto de lei que apresentou, em sessão anterior, à consideração do plenário da Casa, visando tornar de utilidade pública todas as áreas do território paranaense, cobertas por matas virgens e dando outras providências. Em seguida, tece considerações sobre a adoção de um plano de trabalho pela comissão. Sugere a realização de um Simpósio sobre Meio Ambiente nesta Assembléia, com o objetivo de trazer destacadas autoridades no assunto, como contribuição valiosa para o estabelecimento de uma política adequada para o meio ambiente. O Deputado Deni Schwartz, com a palavra, manifesta-se favoravelmente à realização de um Simpósio, mostrando, todavia, a desvantagem de realizá-lo neste final de ano. Sugere que o mesmo seja realizado entre os meses de março e maio do próximo ano. Pro-

põe ainda, como medida preliminar, a realização de palestras sobre o tema, por orador a ser escolhido. O Sr. Presidente comunica, então, que nos próximos dias, a convite do Sr. Presidente desta Casa, o Sr. Saul Raiz, Prefeito Municipal de Curitiba, proferirá palestra nesta Assembléia, relativamente à poluição, aproveitamento de solo e preservação de bacias hidrográficas. O Sr. Valter Pietrângelo, com a palavra, sugere que seja também convidada uma personalidade ligada à execução do Projeto Noroeste, para vir fazer uma explanação sobre o mesmo. Colocada em votação é a sugestão aprovada, ficando o orador a ser escolhido oportunamente e a data a ser designada dentro da primeira quinzena do próximo mês vindouro. Ficou adiada para o próximo ano a realização do Simpósio, em data a ser fixada oportunamente. O Sr. Presidente comunica, ainda, a realização, em Cubatão, nos dias 29 a 1º de novembro, de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente, mostrando a necessidade desta Casa se fazer presente, através de membros da presente Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, para constar, eu, Myrthes Magda Gomes, Secretária da Comissão, lavro a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente e demais membros para que produza os efeitos legais.

aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
Myrthes Magda Gomes - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Egon Pudell, e contando com a presença dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jayme Rodrigues Carvalho e Domício Scaramella, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o PROJETO DE LEI Nº 137/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 145/75, com redação que especifica, demarca as divisas dos Distritos de Jacutinga, Alto Porã, Ariranha, Arapuã e Romeópolis, no Município de Ivaiporã. Relator Deputado João Cioni Neto, parecer favorável, APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

aa) EGON PUDELL — Presidente
Agildes de Oliveira Martins - Secretário

**COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às onze horas e quinze minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Egon Pudell, e contando com a presença dos Srs. Deputados Jayme Rodrigues Carvalho, Domício Scaramella, Ivo Thomazoni e João Cioni Neto, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada sem restrições a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o PROJETO DE LEI 135/75, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, autorizando o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, um terreno de propriedade do Estado, conforme especifica. Relator Deputado Ivo Thomazoni, parecer favorável, APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) EGON PUDELL — Presidente

Agildes de Oliveira Martins - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala da Reunião de Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, e contando com a presença dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, Domício Scaramella, Benedito Lúcio Machado, José Muggiati Filho e João Cioni Neto. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram apreciados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 164/75 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem 94/75, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Presidência do Parlamentar — FEPPA. Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI 150/75 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem 91/75, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reformular parcialmente a Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ICM (Lei nº 6364, de 29.12.72). Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho,

tendo sido concedido vistas ao Projeto, requerida pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, de acordo com o Art. 60, parág. 8º do Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha B. Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais....

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

**8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com número legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: (PROJETO DE LEI 193/72 - de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Administração de Empresas, na sede do município de Rio Negro. Relator Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer pelo arquivamento, aprovado. PROJETO DE LEI 82/74 de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, que classifica de acordo com o princípio de Hierarquia, importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades, os Órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI 75/75 — de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, que autoriza o Poder Executivo transferir a responsabilidade da Secretaria dos Transportes através do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Palmerinha e Santa Maria, no Município de Pitanga e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer com sugestão ao Poder Executivo, aprovado. PROJETO DE LEI 87/75 - de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, digo, Luiz Gabriel Sampaio, que dispõe sobre a redução das alíquotas do ICM incidentes sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná em confronto com propostas de empresas de outros Estados. Relator Sr. Deputado Muggiati Filho, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI 149/75 - de autoria do Sr. Deputado Valtér Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo, declarar de utilidade pública, todas as áreas do Território Paranaense cobertas por matas virgens e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha

B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária.

COMISSÃO DE FINANÇAS
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com as presenças dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, José Muggiati Filho e Benedito Lúcio Machado. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foi apreciado o seguinte projeto: PROJETO DE LEI 150/75 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem 91/75, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reformular parcialmente a Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ICM (Lei 6364, de 29-12-72). O Sr. Deputado Muggiati Filho, apresentou voto em separado com 5 Emendas ao Projeto, tendo sido acatadas as Emendas de nºs 3 e 4/CF., excluindo da Emenda nº 3, apenas a expressão "em seu domicílio tributário, por qualquer das formas previstas no inciso 18 do art. 56". As demais Emendas ao parecer foram rejeitadas. Relator do Projeto Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com emendas, aprovado. O Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, votou conforme Emendas do Deputado Muggiati Filho. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha Barbosa de Moura e Claro lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.-----

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1976 - (Terça-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos Senhores Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiñal-do Pereira Lima, Maurício Roslindo Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soa-

res, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Fuad Nacli, Ivan Rüppel, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edmar Filismeno Caetano Pinto, ocorrido no dia 21 p.p., em desastre de avião no município de Faxinal.

Requer, outrossim, se dê ciência à respeitosa família, residente em Roncador, dos votos em questão.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1976.

(a) JURANDIR MESSIAS

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao MM. Senhor Dr. Juiz de Direito MOACIR GUIMARÃES, diretor do Fórum de Ponta Grossa, e um dos Coordenadores do IV Seminário Regional da Magistratura do Paraná, pela concreta e real objetividade do encontro, pois são destas participações é que a Justiça Paranaense encontra as soluções e sugestões para o seu melhor desenvolvimento.

Requer outrossim, que se dê conhecimento deste ao MM. Senhor Juiz de Direito.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado, que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine seja efetuada a recuperação e conservação da Estrada dos Minérios, que liga Rio Branco do Sul a Curitiba, tendo em vista, que a mesma, em determinados trechos, encontram-se em condições de tráfego deficientes, dado o grande número de buracos ocasionados pelo intenso transporte e fortes chuvas ocorridas recentemente.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Estrada dos Minérios, é aquela sobre a qual passam inúmeros veículos pesados, transportando a cal produzida pela região, para todo o País, e este constante tráfego, aliado às chuvas ocorridas recentemente, contribuíram grandemente para estragar a pavimentação da estrada.

Aquela é a região que produz calcário para a lavoura (correção do solo), produz ainda cal para todo o país, e é de onde se extrai mármore, o que, inegavelmente, tem contribuído para destacar o Paraná na produção de cal em nosso país.

Temos ainda, duas grandes indústrias de cimento lá instaladas, a Cimento Itaú e Cimento Rio Branco, e desta forma, faz-se necessário que os trechos que se encontram deficientes, sejam imediatamente recuperados, assim como, faz-se necessário ainda, que seja dada maior atenção à conservação daquela estrada, tão importante para a economia de nosso Estado. Considere-se ainda a grande renda proporcionada ao Estado, pelos produtos por ela transportados.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com aprovação do plenário, que seja expedido ofício ao Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, formulando apelo desta Assembléia no sentido de que seja **poupado na permuta** que a Universidade Federal do Paraná irá realizar com o Instituto Nacional de Previdência Social, trocando terrenos e prédios de sua propriedade por uma área do INPS localizado às margens da BR-116, próximo ao Centro Politécnico; O PRÉDIO DE Nº 114 DA RUA ÉBANO PEREIRA, QUE A MAIS DE DEZESSEIS ANOS, SEDIA O "DIRETÓRIO ACADÊMICO DO SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (DASCISA).

Requeiro outrossim, que o exemplar do jornal "ELO", órgão de divulgação do DASCISA, anexo, acompanhe o expediente pretendido, porque nele estão contidas características gerais que justificam plenamente a presente reivindicação, e servirá de análise.

O DASCISA, Senhor Presidente, ocupa todos os cinco pavimentos do prédio em tela, possuindo instalações amplas que abrigam: Administração, restaurante, gabinete dentário, serviço médico, farmácia, bazar, salão nobre, boite, salão de diversões, biblioteca, alfaiataria e a gráfica que entre outros serviços, imprime o jornal "ELO" e as apostilas. Tudo construído e sustentado para atender especialmente e em termos amplos os universitários carentes, principalmente o do inte-

rior do Estado. Há mais de 16 anos o DASCISA exerce esse trabalho fantástico, que reúne atualmente cerca de 2.200 (dois mil e duzentos) acadêmicos, dos quais, 80% não possuem recursos financeiros.

O DASCISA é o Diretório Acadêmico que reúne todos os universitários das Faculdades de Farmácia, Odontologia, Bioquímica e Medicina. Em razão dos serviços que presta aos seus acadêmicos nos mais variados setores da educação, da comunicação, do relacionamento humano, na formação democrática e, em especial, no trabalho social que realiza; o DASCISA jamais poderá sofrer solução de continuidade. A sua existência tornou-se fundamental e vital para a vida dos seus dois e duzentos universitários.

Se efetivada a inclusão do prédio do DASCISA nessa negociação, mesmo que haja uma nova destinação apresentando outras instalações, o terrível e inconcebível mal BUROCRÁTICO irá fora de dúvidas, deixar por longo tempo impossibilitadas as ações do Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde.

O Senhor Ministro poderá evitar essa absurda tragédia. Sala das Sessões, em 23 de março de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Jayme Canet Junior, que se dê uma informação de como se encontram os convênios assinados entre o município de Ponta Grossa e o Governo do Estado do Paraná.

Por diversas oportunidades a representatividade política da Princesa dos Campos, unidos MDB e ARENA, procuraram o Governo, e infelizmente para a família pontagrossense, paranaense e brasileira, o Governo até a presente data não confirmou, isto é, em obras carentes ao município e ao Estado para maior segurança nas entradas da cidade, no que concerne o setor rodoviário.

O então Governo da época, e o Vice, hoje atual Governador empenharam suas palavras com o Prefeito da ocasião, Sr. Luiz Gonzaga Pinto, através dos convênios assinados na Câmara Municipal, e para tristeza de Ponta Grossa nada, até a presente data, ou quase nada, foi feito.

Queremos, mais uma vez, que o Governo do Estado cumpra sua palavra e determine a imediata iniciação dos projetos assinados por ocasião dos convênios, pois são obras de interesses estadual e federal; tais como, os viadutos das entradas da cidade e a ligação à Estação Rodoviária.

Em nome da Comunidade de Ponta Grossa, referendamos o pedido da Câmara de Vereadores da cidade, da Prefeitura e do próprio Deputado Estadual David Federmann, para que o Governo do Estado que muito leva da Princesa dos Campos, através de emolumentos fiscais, retribua em parte, a grande contribuição que Ponta Grossa oferece ao desenvolvimento do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — (Lendo): “Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O dia 19 deste mês, marcou um evento da mais alta significação para a região Oeste deste Estado e mais particularmente para o município que tenho a honra de representar nesta Casa: Marechal Cândido Rondon.

Com efeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fomos agraciados com a honrosa e gratificante visita de S. Exa. o Presidente Ernesto Geisel, acompanhado pelo nosso ilustre Governador Jayme Canet Junior., e trazendo em sua comitiva quatro Ministros: Ney Braga, da Educação; Shigeaki Ueki, das Minas e Energia; Alysson Paulinelli, da Agricultura; e o Ministro Chefe da Casa Militar, General Hugo Abreu.

Aqueles que puderam acompanhar pela imprensa o desenrolar da festa que ocorreu em Marechal Cândido Rondon, tiveram uma perfeita idéia do que ali foi prestada ao nosso Eminentíssimo Chefe da Nação, a maior manifestação popular, dos últimos dez anos, em homenagem a um Chefe de Estado.

Os que tiveram a oportunidade de se fazerem presentes àquele longínquo e amado município — e invoco neste momento o testemunho de um companheiro de minha bancada, o Deputado Egon Pudell — perceberam a demonstração de reconhecimento, de respeito e de admiração daquela gente a um Governo que tem sabido responder com atos sérios e responsáveis, aos anseios maiores do povo brasileiro.

De fato, os três atos realizados em Marechal Cândido Rondon sintetizam o Brasil de hoje: inicialmente a inauguração da segunda etapa de eletrificação rural, esforço de uma Cooperativa desse setor e que é, atualmente, a maior da América do Sul. E mais uma etapa do desenvolvimento brasileiro que encaminha agora para o homem da zona rural, esse importante instrumento de bem-estar e progresso, abrindo ao agricultor beneficiado, novas oportunidades de evolução sócio-econômica.

O segundo evento foi o início da colheita de soja, a maior que este jovem Estado do Paraná já alcançou. Foi um ato significativo, pois identifica na produção extraordinária deste ano aproximadamente quatro milhões e meio de toneladas desta leguminosa, contra os três milhões da safra passada — a comprovação da capacidade e da perseverança do agricultor paranaense que sai de uma derrota infligida pelas adversidades climáticas de julho de 75, para uma vitória expressiva oito meses após; é também, Senhores Deputados, a demonstração da confiança que estes homens têm, hoje, num governo sério e eficiente que os amparou nas horas amargas, concedendo-lhes apoio creditício e as garantias de uma estrutura cada vez mais aperfeiçoada para a melhoria da produtividade, a sustentação dos preços e da comercialização. Tudo isso, Srs. Deputados, implantado sem os alardes da demagogia.

O terceiro fato da visita do Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel a terras do Oeste do Paraná, foi a distribuição de mais de três mil títulos definitivos de propriedade, legalizados pelo INCRA. Para quem se recorda dos imensos problemas de terra ocorridos em nosso Estado, para quem se recorda dos intranquilizantes planos de distribuição de terras imperantes em nosso País, em dias anteriores a 31 de março de 64, está aí, mais uma constatação da operosidade silenciosa, de uma administração preocupada em “dar a Cesar o que é de Cesar”, de dar ao homem que amaina a terra com o suor de seu rosto, o direito inalienável de ser o dono de seu chão, de ter a oportunidade para desenvolver sua agricultura e de poder, assim, melhorar o

seu padrão de vida e contribuir ainda mais para o desenvolvimento da sua Nação.

Estes atos que acabo de relatar, ocorreram, como não poderia deixar de ser, num clima de extrema alegria e de grande emoção. Com uma organização destacada por todos como impecável, 15 mil pessoas saudaram S. Exa. e sua comitiva, desde o aeroporto até o palanque oficial. Na praça principal de Marechal Cândido Rondon, mais 40 mil pessoas se concentravam para aclamar o grande Presidente Ernesto Geisel, o nosso estimado Governador Jayme Canet Junior e toda a comitiva presidencial.

E para nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos a honra de representar, nesta Casa, Marechal Cândido Rondon e uma parcela do Oeste do Estado, foi também uma emoção muito grande, ao percebermos os aspectos subjetivos que surgiram deste grande evento.

Não fossem esses fatos em si, suficientes, escolheu S. Exa. o Sr. Presidente Ernesto Geisel, Marechal Cândido Rondon, para um pronunciamento político, de grande repercussão nacional. Minha cidade, nos preparativos dessa visita, cresceu e amadureceu. Deu um salto definitivo em direção à consolidação como cidade importante no contexto paranaense; superou melindres e dissensões internas para atingir o objetivo que era de todos; embelezou-se e urbanizou-se ainda mais; e o que é mais importante: recebeu de todos os municípios do Oeste, o apoio necessário para que alcançasse o êxito que efetivamente alcançou.

Não nos faltou também o apoio decidido, moral e material do Excelentíssimo Senhor Governador Jayme Canet Junior, em todos os momentos desta caminhada histórica.

Ao agradecimento comovido que endereço a todos, junto a afirmação de uma constatação final: passada a emoção da festa, restou-nos, juntamente com a magnífica vitória, a certeza de que Marechal Cândido Rondon e todo o Oeste do Paraná, estão agora, mais do que nunca, de mãos dadas caminhando para seu grande futuro.

Obrigado.”

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença na tribuna na tarde de hoje, se faz tão somente para, em nome da comunidade de Ponta Grossa, dar uma sugestão ao atual Governador Jayme Canet Junior, de uma das medidas e das formas possíveis da recuperação de seu partido político em nossa cidade. Quando da presença do mais alto chefe mandatário desta Nação, Presidente Ernesto Geisel, fazia um pedido a S. Exa., de uma vitória total no território paranaense, do Partido da Situação, da ARENA.

O então Governador Emílio Hoffmann Gomes comparecia em 1974 em nossa cidade, na presença das representações políticas da época, na presença do povo de Ponta Grossa, e assinava diversos contratos, que concerniam a obras de imediata implantação, no sistema rodoviário. S. Exa., Governador na época, tentando comprar o aval do povo de Ponta Grossa, através dos convênios ali celebrados, teve a resposta nas últimas eleições. E agora, tentando somar para com o Governador Jayme Canet, tentando somar para com S. Exa. Presidente Ernesto Geisel, nós que pertencemos ao Movimento Democrático Brasileiro, mas que queremos o bem estar e a tranquilidade da família pontagrossense, paranaense e brasileira, que atravessa a região dos Campos Gerais, desejamos dar esta sugestão a S. Exa. no sentido

de que cumpra a palavra empenhada ao Governo do Estado na assinatura daqueles Convênios.

Esta será uma das formas possíveis para tentar o Governo fazer com que a sua imagem destorcida pela falta de obras à região, seja amenizada.

Estamos entrando nesta Casa, nesta tarde, com um Pedido de Informações no qual solicitamos que S. Exa. o Sr. Governador dê uma satisfação pública, principalmente uma informação técnica e objetiva, em que ponto se encontram os convênios assinados e que, até a data de hoje, não saíram da entrância primeira, qual seja a entrância de estudos.

Era isto, Sr. Presidente, que desejava. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 189/75 que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leopólis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, com as finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CP. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 22/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 179/74, que aprova os termos dos Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos, objetivando construções de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeia Públicas nos referidos municípios. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CP. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos dos Convênios firmados, em data de 10 de julho de 1974, entre o governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente
(a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 179/74

1 O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado enca-

minha a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

2 — Ao firmar tais convênios, o Chefe do Poder Executivo exercitou a competência que lhe é deferida pelo art. 47, item IX da Constituição Estadual, estando os mesmos perfeitos, do ponto de vista legal e constitucional.

3 — Os textos dos tratados expressam o interesse público na sua aprovação, e na forma do contido no item VII, do art. 22, da Carta Estadual, opinamos pela **aprovação** da Proposição sob exame, para o que oferecemos o Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente
(a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/75

Visa o presente Projeto de Resolução, oriundo de Mensagem Governamental, à aprovação dos termos dos Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas.

O projeto já foi objeto de estudos pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual se manifestou favoravelmente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há que possa contrariar o interesse público. Isto exposto, o nosso parecer é favorável opinando-se pela **aprovação** do Projeto.

É o parecer, SMJ.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1975.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
(a) LÚCIO MACHADO — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22/75

Objetiva o presente projeto de resolução aprovar os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos para a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas.

2 — No aspecto que cabe a esta Comissão analisar não vemos nenhum impedimento de molde a obstar o Projeto.

3 — Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de dezembro de 1975.

(a) WERNER WANDERER — Presidente
(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 36/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação da Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 36/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA”, com sede e foro em Curitiba — Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1975.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A “ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA”, foi fundada em 02 de junho de 1969, com a finalidade de manter uma instituição educacional para os filhos de estrangeiros que residem na Capital do Estado, em virtude de exercício de atividades diplomáticas ou de trabalhar em empresas originárias de outras nações que aqui operam, notadamente na Cidade Industrial de Curitiba. Sem fazer qualquer discriminação de raça, religião ou nacionalidade a associação atualmente dirigida pelo Professor William J. Damow, vem atingindo os seus elevados objetivos sociais, para o qual foi criada.

Registrada no 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos sob o nº 433 do livro “A” de Pessoas Jurídicas, a mesma está em condição de ser declarada de utilidade pública, tendo em vista:

- a) — Não tem finalidade lucrativa; (art. III)
- b) — Os recursos por ela recebidos serão aplicados integralmente em suas finalidades educacionais; (art. III)
- c) — Os seus Diretores nada percebem pelo exercício de seus cargos; (art. V)
- d) — A escola está regularmente autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça, como de interesse social;
- e) — Está devidamente cadastrada no CGC, conforme documento anexo sob o nº 76.673.904/001;
- f) — É declarada de utilidade pública Municipal pela Lei nº 4.634, conforme documento anexo.

Assim, diante dos documentos apresentados que satisfazem requisitos legais, esperamos que o presente projeto de lei seja devidamente aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 36/75

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, objetiva este projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação da Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

A entidade acima aludida presta, realmente, inestimáveis serviços à comunidade de Curitiba. A sua finalidade não é lucrativa e nem distribui dividendos, como também os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração.

Assim, estão plenamente preenchidos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente

(a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 36/75

O presente Projeto de Lei nº 36/75, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, visa declarar de utilidade pública a “Associação da Escola Internacional de Curitiba”, com sede nesta Capital.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, pronunciou-se, analisando o seu aspecto constitucional e legal, pela sua aprovação.

Com relação a esta Comissão, nada temos a examinar já que a natureza do projeto não interfere em matéria financeira.

Nestas condições, o nosso parecer é **favorável**.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1975.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

(a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 144/75, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná — ASSEJEPAR, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da CCJ. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 144/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, “a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado do Paraná — ASSEJEPAR”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1975.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado do Paraná, ASSEJEPAR, é uma entidade que congrega os serventuários de justiça em nosso Estado e que pelas finalidades a que se propõe, conforme estampa os seus estatutos, o qual anexamos ao presente, se justifica a sua declaração como de utilidade pública.

De acordo com os mesmos estatutos, estão preenchidos os requisitos legais, exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora do instituto de declaração de utilidade pública.

Diante disto, é que propomos o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 144/75

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, visa declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ — ASSEJEPAR”, com sede e foro nesta Capital.

Da análise do projeto e da justificativa o que acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora da matéria.

Diante do exposto, o nosso parecer é **favorável** ao projeto em tela, opinando-se pela **aprovação**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente

(a) DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edmar Filismeno Caetano Pinto, ocorrido em desastre de avião no município de Faxinal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante de expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja efetuada a recuperação e conservação da Estrada dos Minérios, que liga Rio Branco do Sul a Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, formulando apelo desta Casa, no sentido de que seja poupado na permuta que a Universidade Federal do Paraná irá realizar com o INPS, o prédio da Rua Ébano Pereira, que a mais de dezesseis anos, sedia o DASCISA. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, que se digne informar como se encontram os convênios assinados entre o município de Ponta Grossa e o Governo do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos

Zuk, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Juiz de Direito, Moacir Guimarães, Diretor do Forum de Ponta Grossa e um dos Coordenadores do IV Seminário Regional da Magistratura do Paraná, pela concreta e real objetividade do encontro. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 22/75 e de Lei nºs 36/75 e 144/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 23/75 e de Lei nº 146/75.

Marcando ainda, uma sessão extraordinária para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 84/75.

Levanta-se a Sessão.